

destruídas alegadamente porque o espaço não lhes pertence. Assistimos à usurpação e à ocupação indevida de terras, o que dificulta e fere as boas relações e a dignidade humana. Por outro lado, para a maioria dos moçambicanos, a terra reveste-se de um valor tradicional, pois é herança dos antepassados. Com o modo de agir dos governantes, muitos não se sentem tidos em conta nem respeitados como pessoas. Também em Moçambique, a relação com a terra coloca em questão e em crise a nossa relação com Deus.

O QUE FAZER?

- Leiam e discutam este documento em comunidade. Consultem os textos da Sagrada Escritura aqui referenciados.
- Estudem juntos a Lei da Terra e a Carta Pastoral dos Bispos de Moçambique: “À tua descendência darei esta terra”.
- Perguntem-se: quais são os conflitos de terras que existem nas nossas comunidades? Quais as causas? E as consequências?

MOMENTO DE ORAÇÃO

Coloquemo-nos na presença do Senhor, voltemos a ler o texto bíblico que abre este documento e perguntemo-nos, Lhe perguntemos: Senhor, o que devemos fazer para cuidar da terra sem a explorar? Escutemos o que Ele tem para nos dizer.

Pai Nosso...

“O rico e o pobre têm igual dignidade. Isto tem consequências práticas: Cada camponês tem direito natural de possuir um lote razoável de terra, onde possa estabelecer o seu lar, trabalhar para a subsistência da sua família e gozar de segurança existencial” (Laudato Si, 94).



«Ergue os teus olhos e, do sítio em que estás, contempla o norte, o sul, o oriente e o ocidente. Toda a terra que estás a ver, dar-ta-ei, a ti e aos teus descendentes, para sempre» (Gn 13,14-15).

INTRODUÇÃO

A terra é fonte de vida. Ter acesso à terra é ter a possibilidade de alimentar a família, ter habitação e fonte de trabalho para pagar as despesas familiares. Porém, ela é, também, fonte de conflitos sociais. A terra é um bem cobiçado por todos, mas de diferentes formas. Enquanto que para alguns a terra é fonte de vida, mantendo com ela uma relação “vital”, como mãe que cuida da família, como casa que protege e alimenta, como irmã com quem partilhamos a vida; para outros é fonte de lucro e ganância, objecto de mercado. Estas duas visões convivem nas nossas sociedades criando conflitos e injustiças. Vejamos o que diz a Doutrina Social da Igreja acerca da terra para podermos ter uma postura clara em todas as situações de conflito que acontecem hoje no nosso País, para podermos defender o direito à terra que procede da dignidade humana.

DEUS, DONO DA TERRA; A TERRA, DOM DE DEUS

A tradição cristã recorda-nos que a Terra pertence a Deus e é dom de Deus. Faz parte da promessa de Deus ao seu povo e é sinal da aliança (cf. Gn 12,7; 13,14-15; 15,7.18; 26,2-3; 28, 13; Ex 3,8; Js 1,2). Em última análise, «ao Senhor pertence a terra» (Sl 24/23, 1), a Ele pertence «a terra e tudo o que nela existe» (Dt 10,14). Por isso, Deus proíbe toda a pretensão de posse

absoluta: «Nenhuma terra será vendida definitivamente, porque a terra pertence-Me, e vós sois apenas estrangeiros e meus hóspedes» (Lv 25,23). Esta convicção faz parte do credo hebreu (cf. Dt 26,5-10). A terra é o dom precioso de Deus, graças ao qual o povo pode viver em paz, liberdade, prosperidade e desenvolver-se individual e colectivamente. Mas a terra é um dom exigente. É o lugar no qual o povo deve concretizar a sua fidelidade a Deus.

Por isso, o mandato de Deus de “dominar a terra” não pode ser entendido no sentido de sermos donos absolutos com direito à exploração selvagem da terra de maneira devastadora e depredadora. Pelo contrário, implica uma relação de responsabilidade pelo dom recebido. Não se trata-se de “dominar”, mas de “cuidar e cultivar”, isto é, trabalhar a terra, proteger, cuidar, preservar, velar (cf. LS 67). Recebemos a terra como um dom de Deus para viver, sinal da aliança, do amor de Deus para connosco e respondemos de coração diante de Deus pela forma como tratamos a terra. Se a Terra foi um presente de Deus, é nosso dever cuidá-la e ainda garantir que os outros tenham o mesmo direito de usufruí-la, percebendo que qualquer infraestrutura, seja social ou não, garanta a continuidade e a sobrevivência da espécie humana, pois como afirma Santo Ambrósio: (...) *aquilo que te atribuis a ti foi dado em comum para o uso de todos. A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos.*

A RELAÇÃO COM A TERRA AFFECTADA PELO PECADO

As narrativas bíblicas sugerem que a existência humana se baseia em três relações fundamentais intimamente interligadas: com Deus, com o próximo e com a terra. Os autores sagrados explicam-no dizendo que no Paraíso havia concórdia, paz e harmonia até ao momento em que a obediência à serpente quebrou a relação com Deus. Essa ruptura afectou também a relação com a terra. Como mãe, a terra oferecia ao ser humano os seus frutos graciosamente e entre ambos existia uma fraternidade viva. Com o pecado, a harmonia foi substituída pela discórdia. A partir daí, entre a terra e o ser humano começa uma guerra surda e uma luta que levará ao suor e à expulsão do ser humano (cf. Gn 3,17-19). Quando o primeiro sangue humano, fruto da violência, caiu sobre a terra, esta gritou até ser escutada no céu. A resposta de Deus foi uma nova maldição e expulsão (cf. Gen 4, 10-12). Com o dilúvio, é a própria terra que entra em ruptura: finda a velha terra para dar lugar a uma

nova terra. Em Babel acontece outra ruptura: os descendentes de Noé tiveram de se dispersar por toda a face da terra (cf. Gen 11,1-9). Nos livros dos profetas é-nos relatado como o pecado cria transtornos no curso normal da natureza, nos ciclos estacionais, na climatologia e nas colheitas (cf. Is 5,8; Os 4,1-3; Am 4,6-9; Jl 1,5-12...).

Para além de todos os problemas causados pela mão humana referidos no folheto “O ser humano e o meio ambiente”, o latifúndio, a expropriação das terras dos camponeses, a apropriação indevida de terras e a apropriação da água são alguns dos males que expulsam o ser humano da sua terra, tornando-a infértil e profanada. Hoje, crentes e não-crentes estão de acordo que a terra é, essencialmente, uma herança comum, cujos frutos devem beneficiar a todos. Para os crentes, isto torna-se uma questão de fidelidade ao Criador, porque Deus criou o mundo para todos. O princípio da subordinação da propriedade privada ao destino universal dos bens e, conseqüentemente, o direito universal ao seu uso é uma «regra de ouro» do comportamento social e o «primeiro princípio de toda a ordem ético-social» (cf. LS 93). É urgente que se tome a consciência de que a terra é para todos e que ela deve ser distribuída equitativamente, como forma de garantir que todos consigam viver.

A NOSSA RELAÇÃO COM A TERRA

A Constituição da República de Moçambique, que é a lei mãe, consagra que o proprietário da terra é o Estado e por causa disso, ela não pode ser vendida, alienada, muito menos hipotecada ou penhorada. Ademais, refere que o uso e o aproveitamento da terra são do direito de todo o moçambicano.

Nesta vertente, a Carta Pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique intitulada “*A tua descendência darei esta terra*” denuncia o uso desmedido e desregrado da terra, gerando conflitos e deixando uma boa parte de moçambicanos à mercê da sua sorte. Denuncia, também, a corrida pela exploração de matéria-prima, fontes energéticas e campos de cultivo que subestimam os nativos, retirando-lhes o poder do uso e aproveitamento de terra em favor dos que têm mais posses e recursos. De quase todas as províncias chegam notícias de conflito de terras, onde cidadãos tomam posse e se acham donos da mesma; governantes que em nome do Estado usurpam terras e semeiam terror aos demais; camponeses que veem as suas culturas